Assuntos:

- Lei do Trânsito Rodoviário
- art.º 133.º, alínea 3), da Lei n.º 3/2007
- pagamento voluntário da multa
- direito de defesa do infractor
- listagem das transgressões
- inibição da condução
- art.º 98.º, n.º 6, alínea 2), da Lei n.º 3/2007
- excesso de velocidade
- art.º 98.º, n.º 9, da Lei
- reincidência do excesso de velocidade

S U M Á R I O

1. Nos termos do art.º 133.º, alínea 3), da Lei do Trânsito Rodoviário (Lei n.º 3/2007, de 7 de Maio), o processo é remetido ao tribunal competente para julgamento se, havendo pagamento voluntário, a contravenção for também punível com inibição de condução.

2. Para efeitos da legal condenação na pena de inibição da condução nos termos previstos na alínea 2) do n.º 6 do art.º 98.º da dita Lei, basta

estar provada a condução de um automóvel ligeiro com excesso de velocidade igual ou superior a 30 km por hora sobre o limite máximo da velocidade pertimida na Ponte da Amizade.

3. A pena de inibição de condução pelo período de um a seis meses, prevista no n.º 9 do art.º 98.º da referida Lei, é totalmente independente da pena de inibição de condução pelo período de seis meses a um ano, aplicável a alguma contravenção prevista e punível nos termos da alínea 2) do n.º 6 do próprio art.º 98.º, praticada antes da reincidência de qualquer acto de condução com excesso de velocidade.

4. Estando em causa apenas a prática, pela primeira vez, de uma contravenção concretamente punível nos termos da alínea 2) do n.º 6 do art.º 98.º, é certa a exclusiva aplicação desta norma na sentença recorrida.

5. O acto de pagamento voluntário das multas devidas pela prática de algumas outras infracções previstas nessa Lei, já faz precluir naturalmente o direito de o infractor de se defender dessas outras infracções inicialmente também dadas por verificadas na “Listagem das Transgressões” do Departamento de Trânsito do Corpo de Polícia de Segurança Pública.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 194/2010

(Autos de recurso penal)

Recorrente: A

Tribunal a quo: 1.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I – RELATÓRIO

Em 22 de Janeiro de 2010, a arguida A do processo contravencional n.º CR1-09-0836-PCT do 1.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base foi aí pessoalmente julgada e condenada, pela prática de uma contravenção prevista e punível pelos art.ºs 31.º, n.º 1, e 98.º, n.º 6, alínea 2), da Lei n.º 3/2007, de 7 de Maio (Lei do Trânsito Rodoviário, doravante abreviada como LTR), na inibição de condução pelo período de nove meses (cfr. o teor da sentença constante da respectiva acta de audiência de julgamento, a fls. 13 a 14v dos presentes autos correspondentes).

Inconformada, recorreu a arguida para este Tribunal de Segunda Instância, tendo concluído a sua motivação do recurso e aí peticionado nos termos seguintes:

– <<[...]

I) A comunicação da PSP para o Ministério Público sobre a prática de uma única infracção pela arguida (cf. Pg. 2), é deficiente, omissa e parcial, não cumpre os dispositivos legais em matéria de reincidência, retirou da participação matéria de facto essencial para a correcta avaliação pelo Tribunal da situação da arguida.

II) O Ministério Público, no exercício da acção penal, deveria ter feito seguir o processo pelo conjunto de infracções ientificadas no processo e no qual contava a liquidação voluntária de todas as multas.

III) À arguida, ora recorrente, não lhe foi conferida a possibilidade de se defender do conjunto de infracções cometidas por excesso de velocidade e no entanto a lista identificativa de tais infracções constavam dos autos do processo de transgressões (cf.fl.s. 3) e foram consideradas para aplicação da pena de inibição de condução pelo Tribunal *a quo*;

IV) A douto sentença recorrida aplica erradamente a norma jurídica da LTR pois a infracção cometida não tinha sido praticada isoladamente, mas numa sequência de infracções, em regime de reincidência.

V) A matéria de facto apurada não permite uma decisão de direito correcta, necessitando de ser completada.

VI) Tal insuficiência da matéria de facto impediu o Tribunal de aplicar as

normas jurídicas que ao caso cabiam e, que alterariam os limites da medida da pena de inibição de condução, aplicável *in casu*.

VII) No caso *sub judice* deveria ter sido aplicada pelo Tribunal *a quo* uma medida da pena de inibição de condução entre 1 a 6 meses nos termos do nº9 do artigo 98º, e não de 6 meses a 1 ano constante da alínea 2) do nº6 do artigo 98º da LTR.

TERMOS EM QUE, julgado procedente o presente recurso, deve ser revogada a sentença recorrida e substituída por uma sentença que aplique a norma que ao caso cabe, ou seja a norma do nº9 do art. 98º da LTR ou se assim se não atender, deve ser revogada a sentença recorrida, e realizado novo julgamento, com a ampliação da matéria de facto da acusação, assim se realizando a habitual **JUSTIÇA**.

[...]>> (cfr. o teor de fls. 30 a 32 dos autos, e *sic*).

Ao recurso respondeu o Digno Procurador-Adjunto junto do Tribunal recorrido, pugnando pela rejeição do recurso, devido à manifesta improcedência do mesmo, por seguintes razões sumariadas:

– <<[...]

1.- A tese da recorrente é totalmente incorrecta uma vez partiu de um pressuposto errado;

2.- Há de observar os princípios fundamentais do direito penal na

interpretação do conceito de reincidência, não é admissível qualquer interpretação em violação destes princípios;

3.- Neste conceito, o núcleo essencial é o trânsito em julgado da decisão, pois, só nesta circunstância se releva o acentuado grau de culpa do agente;

4.- O que não sucedeu no caso em apreço;

5.- Assim, não tem a mínima aplicação no caso a norma proposta pela recorrente, e o tribunal andou bem no enquadramento jurídico feito na sentença recorrida;

6.- Está totalmente correcto a notificação feita pela P.S.P. à recorrente para efeitos de pagamento voluntária da multa nos termos do artº 130 da Lei nº 3/2007.

7.- A cobrança pela P.S.P. da multa voluntariamente paga (mesmo incluindo a multa correspondente ao objecto dos presentes autos) é legal;

8.- Pois, só não tem competência a entidade administrativa na decisão sobre a pena acessória de suspensão de validade de condução.

9.- Daí se vê a razão de remessa dos autos ao tribunal para julgamento da questão da pena acessória.

[...]>> (cfr. o teor literal de fls. 36 a 36v dos autos, e *sic*).

Subido o recurso, o Digno Procurador-Adjunto junto deste Tribunal de recurso emitiu o seguinte parecer:

– <<[...]

Entende a recorrente que o Tribunal “a quo” errou ao condená-la pela al. 2) do nº. 6 do art. 98º da LTR quando deveria tê-lo feito pelo subsequente nº. 9.

É óbvio, todavia, que não lhe assiste razão.

A qualificação efectuada na douta sentença, na verdade, não é susceptível de qualquer reparo.

A arguida parte, a propósito, de uma premissa errada.’

Não se está, de facto, “in casu”, perante uma situação de reincidência.

Basta atentar, para tanto, no comando do art. 105º do referido Diploma.

A perspectiva propugnada pela recorrente conduziria, aliás, a um resultado absurdo.

A pretensa “reincidência” redundaria, afinal, num benefício para a mesma (na parte mais relevante, relacionada com a inibição de condução).

Há que dizer, finalmente, que são infundadas as críticas formuladas aos procedimentos adoptados pela P.S.P ..

Isso mesmo evidencia, proficientemente, o nosso Exmº Colega.

Deve, pelo exposto, o recurso ser julgado *manifestamente improcedente* (com a sua consequente rejeição, nos termos dos arts. 407º, nº 3-c, 409º, nº 2-a e 410º, do C. P. Penal).

[..]>> (cfr. o teor literal de fls. 41 a 42 dos autos).

Feito o exame preliminar dos autos pelo relator e corridos os vistos legais pelos dois Mm.ºs Juízes-Adjuntos, cumpre agora decidir da sorte do recurso.

II – FACTOS

Para o efeito, é de coligir dos autos os seguintes elementos pertinentes:

Segundo a “Listagem das Transgressões” do Departamento de Trânsito do Corpo de Polícia de Segurança Pública (PSP) constante de fl. 3 dos autos, a arguida chegou a praticar seis contravenções, no período compreendido entre o Primeiro de Julho de 2009 e 3 de Setembro de 2009, a saber (e por ordem cronológica):

– 1.^a) violação (no Primeiro de Julho de 2009) do art.º 31.º, n.º 1, da LTR, por ter conduzido o automóvel ligeiro com chapa de matrícula n.º MM-XX-XX à velocidade de 124 km por hora na Ponte da Amizade, tendo ela pago MOP\$4.000,00 de multa;

– 2.^a) violação (no mesmo mês de Julho de 2009) do art.º 31.º, n.º 1, da LTR, por ter conduzido o dito veículo à velocidade de 103 km por hora na mesma Ponte, tendo pago MOP\$2.000,00 de multa;

– 3.^a) violação (em 10 de Julho de 2009) do art.º 31.º, n.º 1, da LTR, por ter conduzido o mesmo veículo à velocidade de 106 km por hora na referida Ponte, tendo pago MOP\$2.000,00 de multa;

– 4.^a) violação (em 27 de Julho de 2009) do art.º 21.º, n.º 1, do Regulamento do Serviço Público de Parques de Estabelecimento, aprovado pelo Regulamento Administrativo n.º 35/2003, de 17 de Novembro, por falta de pagamento da tarifa devida pelo estabelecimento do veículo, tendo pago MOP\$50,00 de multa;

– 5.^a) violação (no Primeiro de Setembro de 2009) do mesmo art.º 21.º, n.º 1, do referido Regulamento, por falta de pagamento da tarifa pelo estabelecimento do veículo, tendo pago MOP\$50,00 de multa;

– e 6.^a) violação (em 3 de Setembro de 2009) do art.º 31.º, n.º 1, da LTR, por ter conduzido o mesmo veículo à velocidade de 101 km por hora na Ponte da Amizade, tendo pago MOP\$2.000,00 de multa.

Todas essas seis multas foram pagas voluntariamente pela arguida em 8 de Setembro de 2009.

Por ofício n.º 5675/DT, de 5 de Outubro de 2009, o Corpo de Polícia de Segurança Pública enviou ao Ministério Público para os devidos efeitos, a notificação da acima imputada contravenção do Primeiro de Julho de 2009, assinada pela arguida em 8 de Setembro de 2009, e com aquela “Listagem das Transgressões” em anexo.

Em 7 de Outubro de 2009, o Ministério Público decidiu remeter esse expediente ao Tribunal Judicial de Base, para instauração de processo contravencional (para efeitos de inibição de condução).

Na audiência de julgamento feita em 22 de Janeiro de 2010, a arguida, depois de declarar confirmar o teor da referida “Listagem das Transgressões”, confessou integralmente e sem reserva os factos respeitantes à imputada contravenção do Primeiro de Julho de 2009.

III – DIREITO

Como se sabe, é nas conclusões da alegação do recurso que se delimitam todas as questões levantadas pela parte recorrente para rogar a procedência da sua pretensão.

Decorrendo nitidamente da alegação da arguida que esta construiu a sua argumentação com base no preconizado entendimento de dever ser aplicada, no caso, a norma do n.º 9 do art.º 98.º da LTR, em vez da disposição da alínea 2) do n.º 6 do mesmo artigo, urge decidir, de antemão, dessa questão jurídica nuclear, colocada materialmente e sobretudo nas conclusões IV, VI (segunda parte) e VII da sua alegação do recurso.

O art.º 98.º da LTR, n.º 6, reza o seguinte:

– <<A inobservância dos limites máximos de velocidade fixados nas pontes objecto de regime especial ou nos viadutos de acesso a estas é punida:

1) Com pena de multa de 2 000,00 a 10 000,00 patacas, se o excesso de velocidade for inferior a 30 km/h..., no caso de ... automóvel ligeiro, ...;

2) Com pena de multa de 4 000,00 a 20 000,00 patacas e inibição de condução pelo período de 6 meses a 1 ano, se o excesso de velocidade for igual ou superior a 30 km/h..., no caso de ... automóvel ligeiro, ...>>.

Enquanto no n.º 9 do mesmo art.º 98.º, já se diz:

– <<É punido com pena de multa de 5 000,00 a 25 000,00 patacas e inibição de condução pelo período de 1 a 6 meses, quem praticar a contravenção prevista no n.º 6 pela terceira vez e seguintes, com excesso de velocidade indicado na sua alínea 1), no prazo de 2 anos contado a partir da data da prática da primeira das

duas infracções anteriores, desde que sobre estas tenha havido pagamento voluntário das multas ou as sentenças tenham transitado em julgado e caso uma das infracções anteriores tenha sido cometida com excesso de velocidade indicado na sua alínea 2).>>.

Assim, do confronto do disposto nesses dois números do art.º 98.º da LTR, vê-se claramente que:

– a alínea 2) do n.º 6 do art.º 98.º se destina a punir o acto de inobservância, pela primeira vez, do limite máximo imposto na ponte ou no viaduto de acesso à ponte em questão, consubstanciado na condução com excesso de velocidade igual ou superior a 30 km por hora (no caso de automóvel ligeiro) sobre esse limite máximo;

– ao passo que o n.º 9 do art.º 98.º já visa punir cada um dos actos de inobservância, pela terceira vez e seguintes, do limite máximo imposto na ponte ou no viaduto de acesso em questão, consubstanciado na condução com excesso de velocidade inferior a 30 km por hora (no caso de automóvel ligeiro) sobre esse limite máximo, no prazo de 2 anos contado a partir da data da prática da primeira das duas infracções imediatamente anteriores, desde que sobre estas tenha havido pagamento voluntário das multas ou as sentenças tenham transitado em julgado e caso uma das duas infracções imediatamente anteriores tenha sido cometida com excesso de velocidade indicado na alínea 2) do n.º 6.

No caso concreto da arguida, embora depois da prática, pela primeira vez, no Primeiro de Julho de 2009, da condução de automóvel ligeiro com

excesso de velocidade igual ou superior a 30 km por hora sobre o limite máximo na Ponte da Amizade (fixado legalmente em 80 km por hora), tenha ela vindo cometer, até 3 de Setembro de 2009, um total de três actos sucessivos de condução de automóvel ligeiro com excesso de velocidade inferior a 30 km por hora sobre o limite máximo legalmente imposto na Ponte da Amizade, nenhuma dessas três contravenções seguintes àquela contravenção do Primeiro de Julho de 2009 deveria ter sido punida a título de reincidência, porquanto – e independentemente de demais indagação por desnecessária – todas essas três contravenções posteriores foram praticadas antes de qualquer pagamento voluntário da multa aplicável àquela infracção do Primeiro de Julho de 2009, ou antes da condenação por aquela “primeira” infracção por sentença já transitada em julgado.

Assim sendo, bem agiu a PSP ao ter deixado, em 8 de Setembro de 2009, a arguida pagar voluntária e inclusivamente, nos termos expressamente constantes do art.º 131.º da LTR, cada uma das multas aplicáveis a essas três contravenções posteriores à infracção do Primeiro de Julho de 2009, pelo seu valor mínimo em duas mil patacas, dentro da moldura penal de duas a dez mil patacas, inicialmente prevista na alínea 1) do n.º 6 do art.º 98.º, para além de pagar a multa aplicável à própria infracção do Primeiro de Julho de 2009, também pelo seu valor mínimo em quatro mil patacas, dentro da moldura de quatro a vinte mil patacas prevista na alínea 2) do n.º 6 do mesmo artigo.

Outrossim, procederam legalmente a PSP e o Ministério Público ao terem feito remeter finalmente o processo ao Tribunal Judicial de Base para julgamento da contravenção do Primeiro de Julho de 2009, punível nos termos da alínea 2) do n.º 6 do art.º 98.º da LTR também com pena de inibição de condução pelo período de seis meses a um ano, precisamente porque nos termos do art.º 133.º, alínea 3), da mesma Lei, o processo é remetido ao tribunal competente para julgamento se, havendo pagamento voluntário, a contravenção for também punível com inibição de condução.

Dest'arte, há que improceder manifestamente toda a argumentação tecida pela arguida e já inclusivamente delimitada, por um lado, nas conclusões IV, VI (segunda parte) e VII, e, por outro, nas conclusões I e II, todas da sua alegação do recurso.

Sendo até realmente estranhas as seguintes afirmações feitas pela arguida no ponto 21 da sua alegação: <<A forma como foi feita pela PSP a participação ao Ministério Público, e por este aceite sem qualquer reparo, quando tinha dados no processo para acusar por reincidência, distorceu a factualidade que devia ter sido objecto de julgamento, pelo que nos encontramos perante uma situação de *error in iudicando*, por violação de normas de direito substantivo, que obrigavam a PSP a participar a reincidência da infracção praticada pela arguida em sede de Inquérito, nos termos do artigo 384º nº 1 do CPP e ao Ministério Público a fazer prosseguir o processo contravencional e a respectiva acusação com todas as infracções cometidas pela ora recorrente>>. É que este tipo de argumentos aliás sumariados nas ditas conclusões I e II da alegação, estava a contrariar

nitidamente o interesse processual da própria arguida, porque para ela, e independentemente do demais, era sempre mais vantajoso estar julgada apenas como infractora primária por uma contravenção à alínea 2) do n.º 6 do art.º 98.º da LTR em singelo, em vez de estar acusada e julgada como infractora reincidente de alguma contravenção por excesso de velocidade. Para constatar isto, basta ver a moldura da pena naturalmente mais gravosa e prevista, nomeadamente, nos n.ºs 7, 8, 9 ou 10 do mesmo art.º 98.º, para actos de condução com excesso de velocidade, praticados a título de reincidência.

Por outra banda, são obviamente descabidos os argumentos sintetizados na conclusão III da motivação do recurso a propósito da alegada impossibilidade de defesa do conjunto de infracções cometidas por excesso de velocidade, uma vez que o acto de pagamento voluntário, pela própria arguida, das multas devidas pela prática dessas infracções, já fez precluir naturalmente o seu direito de se defender do conjunto dessas infracções inicialmente dadas por verificadas na “Listagem das Transgressões” da PSP, sendo líquido que até a própria arguida confessou integralmente e sem reserva no Tribunal recorrido os factos relativos à infracção do Primeiro de Julho de 2009.

E à conexamente esgrimida questão de consideração pela Mm.^a Juíza autora da sentença recorrida, para efeitos da aplicação da pena de inibição de condução, “da totalidade das infracções cometidas pela arguida, que constavam da Listagem de Transgressões do Ofício da PSP” (cfr. o

alegado no ponto 9 da alegação do recurso, sumariado também na conclusão III dessa peça), há que responder negativamente, porque, para já, no elenco de todos os seis factos dados por provados por essa Mm.^a Juíza e ora descritos na página 3 da acta de audiência de julgamento (a fl. 14 dos autos), não consta nenhuma referência a outras transgressões identificadas na dita Listagem, e, por outro lado, do teor do último parágrafo da mesma página 3 da acta, em que se especificou concretamente os fundamentos da graduação da pena de inibição de condução aplicável àquela infracção do Primeiro de Julho de 2009, prevista e punível nos termos da alínea 2) do n.º 6 do art.º 98.º da LTR, então exclusivamente em julgamento para efeitos tão-só da aplicação dessa pena de inibição, também não há nenhuma alusão àquelas outras tantas transgressões, pelo que não é legítimo à arguida imputar que essas outras tantas infracções, inicialmente não constantes do objecto da comunicação da PSP outrora feita ao Ministério Público, foram concretamente ponderadas pela Mm.^a Juíza recorrida aquando da aplicação da pena de inibição de condução por que vinha condenada em primeira instância.

Doutro passo, é também manifestamente infundada a sua tese posta nas conclusões V e VI (primeira parte) da alegação do recurso, porquanto para efeitos da legal condenação na pena de inibição da condução nos termos previstos na alínea 2) do n.º 6 do art.º 98.º da LTR, basta estar provada a condução de um automóvel ligeiro (como é exemplo o veículo então conduzido pela arguida no Primeiro de Julho de 2009) com excesso

de velocidade igual ou superior a 30 km por hora sobre o limite máximo da velocidade pertimida na Ponte da Amizade (que é legalmente fixado, tal como já se notou acima, em 80 km por hora). No caso, como já está provada a condução voluntária, livre e consciente, pela arguida, do dito veículo no Primeiro de Julho de 2009, à velocidade de 124 km por hora na Ponte da Amizade, isto já é suficiente para a condenar na inibição de condução prevista na alínea 2) do n.º 6 do art.º 98.º.

Como se vê através do acima analisado, há, no fundo, um manifesto equívoco por parte da arguida acerca das condições da aplicabilidade da norma do n.º 9 do art.º 98.º da LTR. De facto, a pena de inibição de condução pelo período de um a seis meses, prevista neste n.º 9 do art.º 98.º, é totalmente independente da pena de inibição de condução pelo período de seis meses a um ano, aplicável a alguma “primeira” contravenção prevista e punível nos termos da alínea 2) do n.º 6 do próprio art.º 98.º, praticada, pois, antes da reincidência de qualquer acto de condução com excesso de velocidade (e para constatar isto, é de atender à própria previsão da norma do n.º 9 nos seguintes termos: <<... caso uma das infracções anteriores tenha sido cometida com excesso de velocidade ...>>). E estando em causa apenas a prática, pela primeira vez, de uma contravenção concretamente punível nos termos da alínea 2) do n.º 6 do art.º 98.º, é claramente certa a exclusiva aplicação desta norma na sentença recorrida.

É, pois, de rejeitar o recurso, por claramente improcedente.

IV – DECISÃO

Em harmonia com o exposto, e, em conferência, **acordam em rejeitar o recurso da arguida A.**

Custas do recurso pela arguida, com seis UC de taxa de justiça e cinco UC de sanção pecuniária (art.º 410.º, n.º 4, do Código de Processo Penal).

Macau, 6 de Maio de 2010.

Chan Kuong Seng

(Relator)

João Augusto Gonçalves Gil de Oliveira

(Primeiro Juiz-Adjunto)

Tam Hio Wa

(Segunda Juíza-Adjunta)